



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

**PETIÇÃO 10.063/DF**

**RELATOR: MINISTRO NUNES MARQUES**

**REQUERENTE: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI-COVID)**

**REQUERIDO: RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS**

**ADVOGADO: BRUNO BIANCO LEAL DIAS E OUTROS**

**PGR-(GT CPI-COVID)- MANIFESTAÇÃO-89213/2022**

Excelentíssimo Senhor Ministro Relator,

Trata-se de procedimento instaurado, em 26 de novembro de 2021, por meio do qual esta Procuradoria-Geral da República buscou dar impulso inicial às conclusões do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI-COVID) quanto ao indiciamento do Deputado Federal Ricardo José Magalhães Barros, pela suposta prática do crime de formação de organização criminosa, previsto no artigo 2º, *caput*, da Lei 12.850/2013<sup>1</sup>.

Após deliberações e diligências sobre a remessa de documentos pelo Senado Federal, bem como sobre o levantamento da cláusula de sigilo,

1 Art. 2º Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

constatou-se que, em face do representado, a CPI concluiu haver os seguintes elementos de informação (fls. 41/43 e-STF):

***Prova oral:** depoimentos de Luís Ricardo Miranda e do Deputado Luís Cláudio Miranda relatam o possível envolvimento de Ricardo Barros no caso de pressão atípica para a compra da vacina Covaxin (fl. 393)<sup>2</sup>; depoimento de Regina Célia Silva Oliveira<sup>3</sup>; depoimento de William Amorim Santana<sup>4</sup>.*

***Prova documental:** Ação de Improbidade Administrativa<sup>5</sup> (depoimentos dos servidores Alexandre Lages, Soraia Martins Lima, Thiago Fernandes da Costa e Victor Laud)<sup>6</sup> referente às irregularidades verificadas no contrato para a aquisição de medicamentos de alto custo da Empresa Global Gestão em Saúde, de propriedade de Francisco Maximiano, em época que Ricardo Barros era ministro da Saúde (nesse contrato houve pressão atípica sobre servidores para aprovar pagamento à empresa Global); cópia do processo administrativo de aquisição da vacina Covaxin (SEI 25000.175250/2020-85) em que novamente houve pressão atípica sobre servidores para a agilização da importação do imunizante;*

2 A íntegra dos depoimentos pode ser acessada por meio dos links: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/10054>

3 A íntegra do depoimento pode ser acessada por meio do link: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/10078>

4 A íntegra do depoimento pode ser acessada por meio do link: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/10091>

5 <https://static.poder360.com.br/2019/01/AIA-Improbidade-Min.-Saude-Ic-3608-e-outros-TARJADOFINAL-.pdf>, acesso em 14 de fev de 2022.

6 Sobre esses fatos há investigação na esfera criminal (<https://www.gov.br/pf/ptbr/assuntos/noticias/2021/09/operacao-pes-de-barro-investiga-fraude-na-aquisicao-de-medicamentos-de-alto-custo>) e conforme decisão proferida pela Desembargadora Maria do Carmo Cardoso, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, o caso pode chegar ao Deputado Federal Ricardo Barros, que tem foro por prerrogativa de função junto ao STF (<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/29/desembargadora-suspenso-inquerito-sobre-compra-de-remedios-que-pode-atingir-ricardo-barros.ghtml>).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

*cópias dos registros das conversas de WhatsApp de Luís Ricardo Miranda e seus superiores imediatos; cópias das proforma invoices apresentadas pela empresa Precisa; narrativa feita no corpo do relatório da CPI (fls. 319/407).*

**Outras provas:** *Apresentação de emenda à MP 1.026/21, pelo Deputado Ricardo Barros, para adicionar a agência de saúde indiana no rol do art. 16 daquele normativo<sup>7</sup>.*

**Indiciamento feito pela CPI (fls. 1.090/1.091).**

Ricardo José Magalhães Barros apresentou sua defesa às fls. 72/125 e-STF, na qual alega que há limites para a atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito, não lhes cabendo imputar responsabilidades, antecipar julgamentos ou atribuir práticas de ilícitos criminais, constando que eventual indiciamento, no seu sentir, poderia resultar em ilegalidade, considerando o disposto no artigo 1º, parágrafo 6º, da Lei 12.830/2013.

Discorre que o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito traduz-se em “*mero indiciamento político*”, faltando-lhe justa causa mínima e indícios que sustentem suas próprias conclusões.

Afirma a Defesa que os fundamentos do supracitado documento – que julga ser genérico e inepto – revelam a atipicidade dos fatos irrogados, visto que, sob sua ótica, não individualizam as condutas, fazendo, apenas, “*menção aos nomes de Francisco Maximiano, Marconny Albernaz, José Ricardo*

<sup>7</sup> <https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=8922040&ts=1644538938655&disposition=inline> acesso em 16 de fev de 2022.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

*Santana, Danilo Trento e Roberto Dias, no contexto de suposta articulação para vilipendiar o certame de aquisição de testes rápidos e da vacina COVAXIN, pelo Ministério da Saúde”, e citando o Deputado Federal no mesmo capítulo, de maneira “despreocupada, temerária e descontextualizada”.*

Menciona que o Relatório Final elaborado pelo Senado supõe que Ricardo Barros agia em favor das empresas de Francisco Maximiano e que exercia pressão para que a licença de importação da vacina Covaxin fosse liberada, apresentando emenda à Medida Provisória 1026/21, para beneficiar os negócios da pessoa jurídica intermediária do laboratório Bharat Biotech no Brasil, denominada Precisa Medicamentos.

Explana que seu proceder foi avalizado pela Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados, por meio de manifestação proferida no Processo Administrativo 935617/2021, na qual se reconheceu o regular exercício da atividade parlamentar:

*(...) o encontro citado nas páginas 398 a 417 do relatório final da CPI cuidou-se de agenda com o Poder Executivo, o que se enquadra no exercício regular da atividade parlamentar, mormente na função típica de fiscalização; b) o Parlamentar não participou dos procedimentos de aquisição do imunizante da Covaxin, valendo a declaração do Congressista até que se prove o contrário. Fixadas essas premissas, há que se salientar que o exercício do mandato Parlamentar, em especial em momentos delicados como o presente, em que se enfrenta uma grave pandemia, tem exigido do*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

*Congresso Nacional um papel cada vez mais ativo na defesa do Povo brasileiro. E, assim sendo, os Parlamentares, em conjunto com os membros dos demais Poderes, têm realizado inúmeros encontros e gestões com entidades públicas e privadas visando o combate à crise sanitária e social, o que encontra guarida no exercício regular e legítimo das funções institucionais do Poder Legislativo.*

*Na hipótese, destaque-se que o Deputado Ricardo Barros exerce função de líder do governo na Câmara dos Deputados, atuando como importante ponte entre o Parlamento e o Governo Federal.*

*O papel ativo e direto dos Deputados no enfrentamento da pandemia encontra, pois, respaldo em suas funções institucionais, naquilo que a doutrina chama de função representativa, haja vista que o Parlamentar não é simples espectador diante das necessidades da sociedade, sendo legítima a sua atuação, mesmo fora da Casa Legislativa, como representante do povo perante os demais atores sociais, sejam eles públicos ou particulares.*

Salienta que a imputação penal que se pretende fazer no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia “*traz camuflado questionamento à própria imunidade parlamentar contida no art. 53 da CRFB/88*”, haja vista que tal norma tutela a exteriorização de opiniões dos representantes do povo, bem como o exercício da típica função fiscalizatória.

Assevera, ainda, que o artigo 71, inciso IV, da Constituição Federal é expresso quanto à possibilidade de parlamentares, no desempenho de suas funções fiscalizatórias, atuarem *in loco*, seja nas dependências do Poder Judiciário, seja nas do Executivo, sendo equivocado inverter a presunção *juris tantum* dos atos administrativos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

No que toca, especificamente, à aquisição do imunizante Covaxin, explica que os Senadores meramente ventilam opinião legislativa sobre supostos equívocos no decorrer da contratação, incluindo, aqui, uma hipotética participação do representado, nos seguintes termos (fl. 404 e-STF):

*O esquema Precisa-Covaxin apresenta as mesmas características: benefício a uma empresa intermediária (que tem a Global em seu quadro societário), uso de documentos falsos no processo de compra, tentativa de recebimento de pagamento antecipado, invoice com informações erradas, conflito com as regras regulatórias da Anvisa, e o nome de Ricardo Barros, conforme informou o Deputado Luís Miranda na CPI.*

Ressalta que a referida contratação já foi analisada pelo Ministério da Saúde, que concluiu pela ausência de máculas no procedimento de aquisição – que, inclusive, fora objeto de distrato em razão do descumprimento de cláusulas contratuais pela empresa contratada, não havendo dispêndio de recurso público.

Consigna que o único delito imputado ao representado, no corpo do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, é o de advocacia administrativa, previsto no artigo 321 do Código Penal e sancionado com pena de detenção de um a três meses, de forma que não estaria preenchido requisito trazido no parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 12.850/13 para a configuração do crime de formação de organização



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

criminosa, consistente na prática de delitos com preceitos secundários superiores a quatro anos.

Expõe que as testemunhas ouvidas no caso foram uníssonas acerca da inexistência de quaisquer tratativas sobre a compra de imunizantes com o Deputado Federal Ricardo Barros e, ainda, que há documentos do Ministério da Saúde, da Advocacia-Geral da União e do Tribunal de Contas da União tratando sobre a juridicidade nas tentativas – frustradas – de aquisição do fármaco<sup>8</sup>.

Por fim, informa que não houve nenhum tipo de pressão atípica visando acelerar o processo de compra da Covaxin, ressaltando que o servidor que afirma a ter experienciado estava lotado *“em divisão de importação do DLOG, sem quaisquer poderes decisórios sobre contratação de imunizantes”*.

Assim, entende que as imputações genéricas do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia; o fato de o documento traduzir mero indiciamento político; a ausência de justa causa mínima e de indícios que sustentem suas conclusões; e o não preenchimento das elementares do tipo penal de organização criminosa demonstram a necessidade de arquivamento do procedimento.

8 Ofício 35709/2021-TCU (TC 006.789/2021-8); COTA n. 05258/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU; Nota Técnica n° 1839/2021/CGSAU/DS/SFC;





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

É o relatório.

Inicialmente, o Ministério Público Federal junta, nesta oportunidade, cópia da íntegra do Relatório Final elaborado pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia.

Da análise das narrativas apresentadas, não se vislumbram elementos mínimos capazes de amparar a instauração de apuração criminal perante o Supremo Tribunal Federal, a quem compete processar e julgar Deputados e Senadores (artigo 53, parágrafo 1º, da Constituição Federal<sup>9</sup>).

O delito previsto no artigo 2º, *caput*, da Lei 12.850/2013 consiste em “*promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa*” e deve ter sua leitura feita em conjugação com o que dispõe o artigo 1º, parágrafo 1º, da mesma lei<sup>10</sup>.

9 Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

§1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. (...)

10 Art. 1º Esta Lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado.

§ 1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Nesse sentido, é necessário que quatro ou mais pessoas, de forma estruturalmente ordenada e com divisão de tarefas, se associem com o intuito de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais com penas máximas superiores a quatro anos, ou de caráter transnacional.

Os elementos juntados aos autos, contudo, não permitem afirmar, de forma indene de dúvidas, a subsunção dos fatos irrogados ao representado à sobredita norma penal, ao menos, por ora.

As imputações feitas pela Comissão Parlamentar de Inquérito baseiam-se em hipótese criminal que busca sustentar a existência de um fato típico em razão de similaridades entre o caso em comento e os fatos sob análise em ação de improbidade administrativa envolvendo a empresa Global Gestão em Saúde S/A – demanda que não guarda relação com estes autos –, no período em que o representado ocupava o cargo de Ministro da Saúde (fl. 404 do Relatório Final). Isso porque a Gestão em Saúde S/A seria uma das acionistas da Precisa Medicamentos.

Todavia, como salientado na defesa do representado, em manifestação enviada ao Tribunal de Contas da União, a Advocacia-Geral da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

União pronunciou-se no seguinte sentido (COTA N. 05258/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU):

*b) se as investigações pretéritas contra a contratada e sua sócia, a Global Gestão em Saúde S.A., apontadas pelo representante, chegaram ao conhecimento do Ministério da Saúde e se foram consideradas na gestão dos riscos da contratação; caso afirmativo, encaminhar cópia da documentação correspondente;*

*Consoante esclarecido pela Coordenação-Geral de Aquisições de Insumos Estratégicos para Saúde em sua manifestação, para a celebração do referido contrato, foi consultado o Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, o qual demonstrou a regularidade da empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., inscrita no CNPJ 03.394.819/0005-00, documento que não menciona restrição em relação aos sócios constantes do contrato social da empresa, tampouco faz qualquer alusão à empresa Global Gestão em Saúde S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 10.375.666/0001-88.*

*Outrossim, quando fora realizada a avaliação dos documentos necessários à habilitação para contratação direta da empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., verificou-se que na 23ª Alteração de seu Contrato Social, no item 5 – que a empresa Global Gestão em Saúde S/A figura como sócia majoritária da contratada. Entretanto, tal situação, per se, não revelava qualquer restrição técnica legal quanto à efetivação do aludido instrumento contratual. Nesse sentido, a CGIES/MS ressalta que, salvo melhor juízo, desconhece a existência e, tampouco recebeu documentação judicial ou de algum órgão de controle, a qual impedisse a realização da referida contratação.*

*Ademais, segundo consulta realizada em 09/07/2021, ao Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, a CGIES/MS afirma que a empresa Global permanece em situação regular para contratação com a administração pública.*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

*Pelo exposto, a CGIES/MS entende que, considerando o estado de pandemia mundial em função do Covid-19, bem como as garantias contratuais exigidas, a administração observou e prosseguiu com todos os trâmites previstos na legislação atual vigente.*

De tal forma que não nos parece, ao menos nesse momento, que o fato de existir uma ação de improbidade administrativa ainda em curso em desfavor da Global Gestão em Saúde S/A e de Ricardo Barros possa ser utilizado como fundamento para justificar a existência de uma organização criminosa.

O Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito aponta, na fl. 323, que o chefe da Coordenação-Geral de Logística do Ministério da Saúde, Luís Ricardo Miranda, informou ter sofrido pressão atípica em relação à importação da Covaxin, compreendida no recebimento de mensagens de Marcelo Bento Pires (Coordenador de Logística) e de Alex Lial Marinho (Coordenador-Geral de Aquisições e de Insumos Estratégicos para Saúde), inclusive aos fins de semana, com cobranças sobre o trâmite da aquisição.

Na sequência, menciona sobre a atuação de Regina Célia Silva Oliveira, fiscal do contrato, e de Thiago Fernandes da Costa, assessor técnico do Núcleo de Insumos do Departamento de Imunização do Ministério da Saúde, que, supostamente, *“atuaram para garantir celeridade ao procedimento, ‘ignorando’ irregularidades nos documentos que impediriam o prosseguimento da*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

*contratação e autorizando a importação das vacinas”, se referindo, aqui, ao fato de a invoice ter sido enviada por uma terceira empresa, denominada Madison Biotech, com tentativa de pagamento adiantado, bem como a erros sobre a quantidade de vacinas, de pagamento de frete e seguro e no IFSC Code (fls. 325/327 do Relatório Final).*

Prossegue citando o relatado pelo Deputado Federal Luís Cláudio Fernandes Miranda – irmão do servidor Luís Ricardo Miranda – em seu depoimento ao Senado Federal, no qual afirmou que, em conversa com o Presidente da República, o Chefe do Executivo teria lhe confidenciado que “*era coisa*” de Ricardo Barros, parlamentar que apresentou uma emenda à Medida Provisória 1.026/21, com o intuito de adicionar a agência indiana de saúde no rol de seu artigo 16 (fl. 329 do Relatório Final).

Discorre sobre inconsistências no processo de aquisição do imunizante (SEI 2500.175250/2020-85), no qual o Secretário-Executivo Élcio Franco solicitou urgência; sobre a documentação apresentada pela Precisa Medicamentos, por meio de seu Diretor Francisco Maximiano; bem como que (fls. 337/355):

*Suspeita-se que Marcos Tolentino seja o verdadeiro dono da FIB Bank. Por estar ligado a Ricardo Barros, teria facilitado a emissão da carta fiança em favor da Precisa Medicamentos para satisfazer os interesses do deputado na execução do contrato da Covaxin. Roberto*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

*Pereira Júnior negou qualquer relação da FIB Bank com Ricardo Barros.*

Trata de conversas recuperadas do celular do lobista Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria, citando Danilo Trento (empresário), José Ricardo Santana (Secretário Executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos da Anvisa), Roberto Dias (ex-Diretor de Logística do Ministério da Saúde), mencionando que (fls. 375/393 do Relatório Final):

*A nova atuação conjunta de Francisco Maximiano, Danilo Trento, José Ricardo Santana e Roberto Ferreira Dias, em torno do processo licitatório da vacina Covaxin, em que se verificam diversas irregularidades, aponta para a existência de uma associação estruturada, duradora e organizada do grupo, envolvendo repasses de dinheiro entre várias empresas de Trento e Maximiano, com o objetivo provável de dificultar o rastreamento, que, ao que tudo indica, buscava a obtenção de vantagem mediante a prática de fraude à licitação ou a contrato junto ao poder público.*

*É importante observar, que o contrato da Covaxin revelou também indícios de organização criminosa em que atuava um integrante já conhecido do grupo de Maximiano, o Deputado Ricardo Barros.*

*Conforme revelado pela CPI, Barros foi apontado pelo Deputado Luís Miranda como sendo o responsável por estar comandando as pressões atípicas sobre o servidor Luís Ricardo Miranda (isso de acordo com o próprio Presidente Bolsonaro, segundo o Deputado), para que liberasse a licença de importação da vacina Covaxin. Além disso, o Deputado Ricardo Barros foi o responsável pela apresentação de emenda à MP 1.026/21 para adicionar a agência de saúde indiana no rol do art. 16, o que permitiria a obtenção da aprovação emergencial pela Anvisa, beneficiando diretamente a Precisa Medicamentos.*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Da narrativa apresentada, é possível notar que se trata de fatos que nem o Deputado Federal Luís Miranda, nem seu irmão, o servidor público do Ministério da Saúde Luís Ricardo Miranda, presenciaram.

Há, apenas, a versão do Parlamentar sustentando que o Presidente da República teria lhe dito que Ricardo Barros era o responsável pela suposta “pressão atípica” – situação até agora não confirmada por Jair Bolsonaro.

A essa espécie de prova precária, a doutrina americana denomina como *hearsay testimony*, que, em uma tradução literal, poderia ser designada como a testemunha de “ouviu falar” e consiste no depoimento de pessoa que não viu ou presenciou o acontecido, conhecendo-o por meio de alguém, de modo que seu valor probante é bem diminuto para a nossa jurisprudência: “o testemunho de ‘ouvir dizer’ (*hearsay*) não é suficiente para fundamentar a pronúncia<sup>11</sup>”.

Ademais, o fato de o Deputado Federal Ricardo Barros ter apresentado emenda à Medida Provisória 1.026/21 não pode ser tomado como prova do delito em estudo.

11 Agravo Regimental no Habeas Corpus 668.407/RS, relatado pelo Ministro Ribeiro Dantas, acórdão publicado no Diário de Justiça de 27 de outubro de 2021



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Mister salientar que a apresentação de proposições legislativas é ato típico da atividade parlamentar, além do que, o representado não foi o único membro da Casa de Leis que o fez.

Como se verifica na página eletrônica do Congresso Nacional<sup>12</sup>, os Deputados Alice Portugal, Jandira Feghali, Renildo Calheiros, Perpétua Almeida, Orlando Silva, Daniel Almeida e Gonzaga Patriota propuseram, respectivamente, as emendas de nº 70/2021, 73/2021, 77/2021, 82/2021, 102/2021, 107/2021 e 128/2021, visando a inclusão da agência reguladora indiana no rol do artigo 16 da citada Medida Provisória.

Até o presente momento, o que se tem, nos autos, são meras hipóteses criminais, levantadas em razão de uma suposta fala – ressalte-se, não confirmada – do Presidente da República, e de uma emenda à Medida Provisória 1.026/21 apresentada pelo representado, tudo aliado a uma suposta proximidade deste com a empresa Global Gestão em Saúde S/A.

É sabido que no Direito Brasileiro impera o princípio da presunção de inocência, esculpido no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, que deve nortear a atuação dos juristas e legisladores, incidindo, ainda, sobre a questão do ônus probatório.

<sup>12</sup> <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/146154>





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

O artigo 156 do Código de Processo Penal dispõe que a prova da alegação incumbirá a quem a fizer e, como leciona Paulo Rangel, “o Ministério Público deve provar a existência do fato típico, ilícito e culpável, narrado na denúncia e praticado pelo réu, assumindo, por inteiro, o ônus da acusação feita com os mesmos cuidados, que lhe é peculiar<sup>13</sup>”.

A simples menção ao nome de parlamentar, bem como a mera possibilidade abstrata de envolvimento de congressista<sup>14</sup>, autoridade detentora de prerrogativa de foro, por si só, não tem o condão de firmar a competência do Supremo Tribunal Federal, tampouco a atribuição da Procuradoria-Geral da República para a condução das investigações.

A atração da causa para o foro competente, assim como a atuação deste órgão ministerial, apenas se justificariam caso restasse demonstrada a existência de indícios mínimos da participação ativa e concreta do titular da prerrogativa em ilícitos penais<sup>15</sup>, o que não se verifica na documentação que acompanha este procedimento.

13 RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2015. 259 p.

14 Acórdão da AC 4.297/DF, relatada pelo ministro Edson Fachin no Plenário do Supremo Tribunal Federal, publicada no Diário de Justiça eletrônico de 25 de junho de 2020.

15 Acórdão do RHC 135.683/GO, relatado pelo ministro Dias Toffoli na Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, publicada no Diário de Justiça eletrônico de 3 de abril de 2017.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Com efeito, na realidade fática, não há, ao menos nesse momento, indícios mínimos para se afirmar que o representado Ricardo Barros promova, constitua, financie ou integre organização criminosa, nos termos do artigo 2º, *caput*, da Lei 12.850/2013.

Esvazia-se, assim, o objeto desta Petição, visto que não há sequer indícios de verossimilhança do ato criminoso imputado ao requerente, subsistindo tão somente uma hipótese criminal sustentada no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia.

Inexistindo, ao cabo das apurações preliminares, provas seguras da materialidade e indícios veementes de autoria, ao menos até o presente momento, de infração penal que se possa atribuir ao Deputado Federal Ricardo Barros, não se justifica a manutenção deste feito em tramitação junto ao Supremo Tribunal Federal.

Subsistem, contudo, indícios apontando para uma suposta prática dos delitos previstos no artigo 337-L, inciso V, do Código Penal<sup>16</sup>, e no artigo 2º, *caput*, da Lei 12.850/2013 (fls. 392/393 do Relatório Final), que, em tese,

16 Art. 337-L. Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante:

[...]

V - qualquer meio fraudulento que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução do contrato:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

teriam sido perpetrados pelos demais mencionados no documento elaborado pelo Senado Federal – precipuamente empresários e servidores do Ministério da Saúde –, que não detêm foro por prerrogativa de função.

Em face do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL requer a juntada do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito que acompanha a presente manifestação e requer o declínio da competência, para prosseguimento das apurações e adoção das providências que se fizerem necessárias.

Brasília, data da assinatura digital.

***Lindôra Maria Araujo***  
Vice-Procuradora-Geral da República  
Procuradora-Geral da República em exercício  
*Assinado digitalmente*

MCA/LDC